

## ESCOLA DE ESPECIALISTAS DE AERONAUTICA

**Estudo Técnico Preliminar 13/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 67540.001762/2026-34

**2. Descrição da necessidade**

A contratação pretendida é necessária para assegurar a continuidade e a regularidade das atividades de transporte e apoio logístico da Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR), por meio da capacitação obrigatória de militares que atuam no Setor de Transporte e na área de apoio operacional.

A Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR) possui atualmente 25 viaturas destinadas às atividades de emergências, cujas atividades exigem, por força de lei, que os condutores sejam devidamente habilitados em cursos especializados.

Tal obrigatoriedade decorre do **art. 145, inciso IV, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro)**, que estabelece que, para conduzir veículos de emergência, o condutor deverá ser aprovado em curso especializado, nos termos da normatização do CONTRAN.

Em complemento, a **Resolução CONTRAN nº 1.020, de 20 de dezembro de 2025**, dispõe que:

- **Art. 67** – Os condutores de veículos de transporte coletivo de passageiros e de veículos de emergência deverão ser aprovados em curso especializado específico;
- **Art. 72** – O curso especializado será considerado concluído mediante registro de sua realização no RENACH;
- **Art. 74** – O registro no RENACH do resultado de aprovação no exame teórico habilitará automaticamente o condutor a conduzir os veículos correspondentes à especialização adquirida.

Além disso, a Unidade demanda pessoal devidamente capacitado para a operação do **Caminhão Munck e de Empilhadeiras**, equipamentos essenciais às atividades de apoio logístico, montagem de estruturas, movimentação de cargas e abastecimento dos setores operacionais.

A obrigatoriedade dessa capacitação está prevista na **Norma Regulamentadora NR-11**, aprovada pela **Portaria MTb nº 3.214/1978**, que dispõe:

- **Item 11.1.5** – Os equipamentos de movimentação de materiais somente podem ser operados por trabalhadores devidamente capacitados;
- **Item 11.1.6** – O treinamento deve contemplar instruções de operação segura, inspeção, prevenção de acidentes e procedimentos em situações de risco.

Dessa forma, a presente contratação é imprescindível para garantir a **legalidade dos serviços**, a **segurança operacional**, a **prevenção de acidentes** e a **continuidade das atividades essenciais** desenvolvidas pela Escola de Especialistas de Aeronáutica.

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. Será admitida a renovação das quantidades inicialmente registradas de acordo com o Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, de 28/01/2024.

Ressalta-se que, inicialmente, foi considerada e orçada a contratação do Curso Especializado para Condutores de Veículo de Transporte Coletivo de Passageiros (CETCP), tendo sido solicitadas cotações às empresas do ramo. Entretanto, após a publicação do Ofício nº 22/AP4-1/2439, da Diretoria de Administração da Aeronáutica, que estabelece a não exigência do referido curso para o transporte institucional não remunerado de militares, servidores civis e colaboradores com vínculo com o COMAER, a Administração optou por não realizar sua contratação. Assim, o referido curso foi excluído do escopo da contratação, permanecendo apenas aqueles cuja exigência normativa se mantém.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEÇÃO DE TRANSPORTE DE SUPERFÍCIE (STRS)	DIOGO ALMEIDA DA SILVA DIAS 2º Ten QOCON

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação tem por objeto a prestação de serviços de capacitação e formação de condutores em cursos especializados de trânsito, voltados à condução de veículos de emergência, em conformidade com as exigências estabelecidas pela legislação de trânsito vigente, especialmente as normas do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

Para atendimento da demanda institucional, o objeto contratado deverá observar os seguintes requisitos mínimos:

- A empresa contratada deverá ser **devidamente credenciada e autorizada pelos órgãos competentes de trânsito**, em especial pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) ou outro órgão regulamentador competente, para a realização de cursos especializados de formação ou atualização de condutores.
- Os cursos deverão ser ministrados **em conformidade com as resoluções do CONTRAN**, observando integralmente a carga horária, o conteúdo programático e os requisitos pedagógicos exigidos pela legislação vigente.
- A contratada deverá disponibilizar **instrutores devidamente habilitados e qualificados**, atendendo às exigências legais para atuação em cursos de formação de condutores.
- A capacitação poderá ocorrer **na modalidade presencial, semipresencial ou a distância (EAD)**, conforme permitido pela regulamentação vigente, devendo ser assegurada a realização das etapas obrigatórias presenciais, quando exigidas.
- A contratada deverá fornecer **todo o suporte técnico e pedagógico necessário à realização do curso**, incluindo plataforma digital, materiais didáticos, avaliações e certificação dos participantes.
- Ao final do curso, deverá ser emitido **certificado de conclusão válido perante os órgãos de trânsito competentes**, bem como realizado o devido registro da capacitação nos sistemas oficiais, quando aplicável.
- A prestação do serviço deverá observar **padrões mínimos de qualidade**, garantindo adequada infraestrutura tecnológica, materiais didáticos atualizados e suporte aos participantes.

## Sustentabilidade

A equipe de planejamento analisou os critérios de sustentabilidade aplicáveis à contratação, conforme orientações constantes do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**.

Considerando as características do objeto, verificou-se que **não há requisitos ambientais específicos previstos na legislação aplicável à contratação de cursos especializados de trânsito**. Ainda assim, foram identificadas práticas sustentáveis que poderão ser adotadas, tais como:

- priorização da **modalidade de ensino a distância (EAD) ou híbrida**, reduzindo deslocamentos e emissões de gases de efeito estufa;
- utilização preferencial de **materiais didáticos em formato digital**, evitando consumo desnecessário de papel;
- otimização da formação de turmas e cronogramas, com vistas à **redução de deslocamentos e melhor aproveitamento dos recursos logísticos**.

Conclui-se que os impactos ambientais associados à contratação são **mínimos e controláveis**, sendo mitigados pelas práticas sustentáveis mencionadas.

## Garantia contratual

A equipe de planejamento analisou a possibilidade de exigência de garantia contratual, nos termos do **art. 96 da Lei nº 14.133/2021**, concluindo **pela não exigência de garantia**, tendo em vista que:

- trata-se de serviço de baixa complexidade técnica;
- os riscos contratuais são reduzidos;
- a execução ocorre de forma parcelada e com pagamento condicionado à efetiva prestação do serviço.

Dessa forma, a exigência de garantia poderia **onerar desnecessariamente a contratação e restringir a competitividade**, sem trazer ganhos relevantes à Administração.

## 5. Levantamento de Mercado

Foi realizado levantamento de mercado com a finalidade de identificar as alternativas disponíveis para atendimento da necessidade de capacitação de militares nos cursos de:

- Condutor de Veículo de Emergência;
- Operador de Caminhão Munck;
- Operador de Empilhadeira.

O levantamento considerou **três cenários principais**, a partir de práticas adotadas por outros órgãos públicos, consultas a instituições especializadas e análise das modalidades disponíveis no mercado.

### Cenário 1 – Cursos totalmente presenciais

Tradicionalmente, a Administração Pública realiza tais capacitações por meio de instituições como **SENAT, SEST /SENAT, SENAI e autoescolas credenciadas**, com cursos integralmente presenciais.

#### Vantagens:

- Maior controle pedagógico e prático;

- Menor risco de questionamentos em auditorias;
- Atendimento integral às exigências legais.

#### **Desvantagens:**

- Custo mais elevado;
- Necessidade de deslocamento dos militares;
- Impacto na rotina operacional.

#### **Cenário 2 – Cursos 100% a distância (EAD)**

Verificou-se a existência, no mercado, de cursos na modalidade EAD para transporte de emergência, com posterior realização de exame teórico junto ao DETRAN para registro no RENACH.

#### **Vantagens:**

- Menor custo;
- Flexibilidade de horários;
- Redução de afastamento do efetivo.

#### **Limitações:**

- Dependência de credenciamento do DETRAN;
- Exigência de posterior prova teórica presencial;
- Para Munck e Empilhadeira, **não atende plenamente à NR-11**, por ausência de prática supervisionada.

#### **Cenário 3 – Modelo híbrido (EAD + prática presencial)**

Este modelo é amplamente adotado por órgãos públicos e instituições especializadas, consistindo em:

- **Parte teórica a distância;**
- **Parte prática obrigatoriamente presencial**, no equipamento ou veículo;
- Avaliação teórica e prática com registro nos órgãos competentes.

#### **Vantagens:**

- Redução de custos em relação ao presencial integral;
- Conformidade legal (CTB, Res. CONTRAN nº 1.020/2025 e NR-11);
- Menor impacto na rotina administrativa;
- Maior número de fornecedores disponíveis.

#### **Conclusão do Levantamento**

A partir da análise das alternativas disponíveis no mercado, verificou-se que **não há exigência legal de prática presencial** para os cursos especializados de **Condutor de Veículo de Emergência**, sendo suficiente a realização

do curso na modalidade **a distância (EAD)**, desde que o candidato seja posteriormente aprovado em **exame teórico presencial junto ao DETRAN**, com registro no RENACH, nos termos da Resolução CONTRAN nº 1.020 /2025.

Por outro lado, para os cursos de **Operador de Caminhão Munck** e de **Operador de Empilhadeira**, a legislação trabalhista (NR-11) **exige capacitação com componente prático presencial**, não sendo admitido curso integralmente a distância para essas atividades.

Dessa forma, o cenário mais vantajoso para a Administração é a adoção de **modelo misto**, sendo:

- **Modalidade 100% EAD** para os cursos de Veículo de Emergência (com prova presencial no DETRAN);
- **Modalidade híbrida (EAD + prática presencial)** para os cursos de Operador de Munck e Operador de Empilhadeira.

Essa solução proporciona **redução de custos, ampliação da competitividade, segurança jurídica e manutenção da conformidade normativa**, atendendo de forma adequada às necessidades operacionais da EEAR.

## 6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na **contratação de empresa(s) especializada(s) para a capacitação de militares** da Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR), por meio da realização dos cursos obrigatórios de:

- Condutor de Veículo de Emergência;
- Operador de Caminhão Munck;
- Operador de Empilhadeira.

Os cursos serão ofertados conforme as exigências legais e a natureza de cada atividade, adotando-se os seguintes formatos:

- **Modalidade 100% EAD** para os cursos de Veículo de Emergência, com posterior exame teórico presencial junto ao DETRAN-SP e registro no RENACH;
- **Modalidade híbrida (EAD + prática presencial)** para os cursos de Operador de Caminhão Munck e de Operador de Empilhadeira, em conformidade com a NR-11.

A empresa contratada deverá disponibilizar plataforma EAD, suporte técnico, certificação válida e comprovação das atividades práticas, quando aplicável.

A solução adotada é **tecnicamente adequada e economicamente vantajosa**, por reduzir custos operacionais, ampliar a competitividade e assegurar a conformidade legal, garantindo a continuidade dos serviços essenciais da EEAR.

## Justificativa de Enquadramento como Serviço Comum

Os serviços objeto da presente contratação são classificados como serviços comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por se tratarem de atividades cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, mediante especificações usuais de mercado.

A contratação refere-se à prestação de cursos de capacitação para condutores de veículos de emergência, operadores de guindauto (Munck) e operadores de empilhadeira, cuja execução segue conteúdos programáticos, cargas horárias e requisitos técnicos previamente estabelecidos em normas de trânsito e de segurança operacional.

Tais serviços são amplamente ofertados no mercado por diversas empresas especializadas em capacitação profissional, não demandando o desenvolvimento de metodologia exclusiva ou solução técnica singular, sendo possível a comparação objetiva de propostas.

Dessa forma, considerando que os serviços possuem especificações padronizadas e são prestados de forma rotineira por diversos fornecedores, conclui-se que o objeto da contratação enquadra-se como serviço comum, conforme definição constante do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

### **Justificativa para a não exigência de garantia contratual**

A exigência de garantia contratual, prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, possui caráter facultativo, devendo ser adotada quando necessária para mitigar riscos relevantes à execução contratual. No presente caso, trata-se da contratação de **serviços de capacitação e treinamento**, caracterizados por **baixa complexidade, execução pontual e baixo risco de inadimplemento**, não envolvendo fornecimento de bens ou investimentos significativos por parte da contratada. Além disso, eventual descumprimento contratual permite **substituição do fornecedor sem prejuízo relevante à Administração**. Dessa forma, considerando os princípios da **razoabilidade, proporcionalidade e competitividade**, conclui-se que a exigência de garantia não se mostra necessária para a presente contratação.

### **Verificação de Possibilidade de Participação em IRPs ou Adesão a Atas de Registro de Preços**

Informamos que foram realizadas consultas às Intenções de Registro de Preços (IRPs) de outros órgãos, a fim de verificar a viabilidade de adesão a atas vigentes. No entanto, após análise, constatou-se que não há IRPs disponíveis para participação deste órgão, considerando a necessidade de celeridade no processo e as particularidades do objeto em questão, que demandam especificidades não contempladas nas atas consultadas. Dessa forma, o procedimento seguirá por meio de processo próprio, visando atender da melhor forma às demandas institucionais.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

Em atendimento ao inciso V do art. 7º da IN nº 40/2020 e ao art. 40 da Lei nº 14.133/2021, a estimativa das quantidades foi definida com base em levantamento formal realizado pela Subdivisão de Transporte de Superfície (STRS), mediante solicitação por e-mail institucional, contemplando também as demandas da Seção Contra Incêndio (SCI), do Hospital e demais setores que operam viaturas que exigem habilitação específica.

A planilha nominal encaminhada pela STRS, contendo a relação dos militares que necessitam de capacitação, constitui a memória de cálculo e documento de suporte da presente estimativa.

Considerando que a contratação possui caráter anual, os quantitativos foram definidos com base:

- I – no número atual de militares designados para condução de viaturas de emergência, operação de guindauto (Munck) e empilhadeira;
- II – na obrigatoriedade legal de capacitação específica para o exercício dessas atividades;
- III – na necessidade de manutenção contínua da capacidade operacional da EEAR.

Tendo em vista a elevada rotatividade de pessoal, especialmente em razão da existência de cargos ocupados por militares temporários (cabos, soldados e sargentos), bem como admissões e desligamentos ao longo do exercício, foi aplicada margem técnica de segurança de 30% sobre o quantitativo inicialmente informado pela STRS.

Tal margem tem por finalidade:

- suprir eventuais baixas de efetivo;
- atender novos militares que venham a ser designados para as funções;
- evitar paralisação operacional por ausência de condutores ou operadores devidamente habilitados;
- possibilitar economia de escala dentro do próprio registro de preços, evitando abertura de novo processo no mesmo exercício.

### **Justificativa da Adoção do SRP**

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) fundamenta-se no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, considerando que:

- a demanda é recorrente e variável ao longo do exercício;
- há necessidade de contratações parceladas conforme disponibilidade orçamentária e formação de turmas;
- a rotatividade do efetivo pode gerar necessidade superveniente de capacitação;
- o modelo proporciona maior eficiência administrativa e racionalização de custos.

### **Possibilidade de Renovação dos Quantitativos**

Nos termos do Parecer nº 75/2024/DECOR/CGU/AGU, em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços, poderá ser avaliada a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, desde que devidamente justificada, mantida a vantajosidade da contratação e observados os limites legais vigentes.

A presente previsão visa assegurar continuidade administrativa e adequação às necessidades institucionais futuras, especialmente diante da dinâmica de pessoal da Organização Militar.

## **8. Estimativa do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 31.928,85

Após o Levantamento de Mercado constante do Item 5 e da definição da solução descrita no Item 6 – Descrição da Solução como um todo, a estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o inciso VI do art. 7º da IN nº 40/2020, sendo acompanhada dos respectivos preços unitários referenciais, memórias de cálculo e documentos que lhe dão suporte.

A contratação dos cursos de Conductor de Veículo de Emergência, Operador de Caminhão Guindauto (Munck) e Operador de Empilhadeira está estimada em R\$ 31.928,85 (Trinta e um mil, novecentos e vinte e oito reais e oitenta e cinco centavos).

A formação do preço estimado observou os parâmetros previstos no art. 5º da IN nº 65/2021, tendo sido utilizados:

I – composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, observado o respectivo índice de atualização de preços;

II – contratações similares realizadas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de até 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização correspondente; e

IV – pesquisa direta com, no mínimo, três fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, com a devida justificativa de escolha e observância do prazo máximo de seis meses entre a obtenção do orçamento e a divulgação do edital.

As memórias de cálculo e as planilhas de consolidação dos preços unitários constam em anexo ao processo

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	Unidade de medida	Valor Médio Unitário	Valor Total
1	Curso de Condutor de Veículo de Emergência - Prestação de serviço de capacitação para Condutores de Veículos de Emergência, na modalidade 100% EAD, com carga horária mínima de 50 (cinquenta) horas/aula, conforme Resolução CONTRAN nº 1.020/2025, compreendendo aulas teóricas em ambiente virtual, emissão de certificado e registro da conclusão no RENACH pela contratada. O exame teórico presencial junto ao DETRAN será realizado pelo aluno, com taxa custeada separadamente pela Administração.	49	SV	R\$ 293,01	R\$ 14.357,49
2	Curso de Operador de Caminhão Guindauto (Munck) - Prestação de serviço de capacitação para Operador de Caminhão Guindauto (Munck), na modalidade híbrida (EAD + prática presencial), com carga horária mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sendo parte teórica em ambiente virtual e parte prática presencial no equipamento, com instrutor qualificado, avaliação prática e emissão de certificado, conforme NR-11.	12	SV	R\$ 778,33	R\$ 9.339,96
3	Curso de Operador de Empilhadeira - Prestação de serviço de capacitação para Operador de Empilhadeira, na modalidade híbrida (EAD + prática presencial), com carga horária mínima de 16 (dezesesseis) horas, sendo parte teórica em ambiente virtual e parte prática presencial no equipamento, com instrutor qualificado, avaliação prática e emissão de certificado, conforme NR-11.	12	SV	R\$ 685,95	R\$ 8.231,40
Total					R\$ 31.928,85

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto é a regra nas contratações públicas, desde que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, sem prejuízo à economia de escala, conforme Súmula nº 247 do TCU.

No presente caso, o objeto foi **parcelado em itens distintos**, uma vez que os cursos a serem contratados possuem **natureza e exigências legais diferentes**, com fornecedores especializados para cada tipo de capacitação.

O parcelamento **amplia a competitividade, reduz riscos à contratação e não compromete a economia de escala**, sendo, portanto, a solução mais adequada à Administração.

Dessa forma, optou-se pelo **parcelamento da solução em itens**, atendendo ao interesse público, à eficiência administrativa e às disposições legais aplicáveis.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foi evidenciada necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394429000100-0-000003/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 31/03/2025;

III) Id do item no PCA:13;

IV) Classe/Grupo: 929 - OUTROS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO;

V) Identificador da Futura Contratação: 120064-92/2026;

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação dos cursos especializados proporcionará ganhos diretos e indiretos à Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR), especialmente quanto à **legalidade, segurança operacional, eficiência, economicidade e sustentabilidade**, em conformidade com o art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Como benefício direto, destaca-se a **regularização legal dos militares** que atuam na condução de veículos de transporte de emergência, bem como na operação de Caminhão Munck e Empilhadeiras, assegurando o cumprimento do **Código de Trânsito Brasileiro**, da **Resolução CONTRAN nº 1.020/2025** e da **NR-11**.

Em atendimento às diretrizes de contratações sustentáveis, foi realizada consulta ao **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU** e à **Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021**, não tendo sido identificada previsão específica aplicável à contratação de serviços de capacitação na modalidade EAD ou híbrida.

Ainda assim, a solução adotada gera benefícios indiretos relevantes, tais como:

- **Redução do risco de acidentes e passivos administrativos;**
- **Melhor aproveitamento dos recursos humanos;**
- **Diminuição de custos operacionais**, por meio das modalidades EAD e híbrida;
- **Redução de deslocamentos e impactos ambientais.**

Assim, a contratação contribui para a continuidade dos serviços essenciais, para a segurança das operações e para a gestão responsável dos recursos públicos.

A Equipe de Planejamento após leitura do Plano de Logística Sustentável da EEAR (PCA 83-/2022) não encontrou previsões que se apliquem à contratação de serviços de capacitação na modalidade EAD ou híbrida.

## 13. Providências a serem Adotadas

Previamente à contratação, serão adotadas as seguintes providências:

- Designação de gestor e fiscal do contrato;
- Indicação dos militares participantes;

- Verificação da regularidade e do credenciamento da contratada;
- Ajuste das escalas para participação nos cursos.

Não há necessidade de adequações físicas ou estruturais.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação dos cursos possui **baixo impacto ambiental direto**, uma vez que grande parte das capacitações ocorrerá na modalidade **EAD ou híbrida**, reduzindo deslocamentos, consumo de combustíveis e emissões atmosféricas.

Os principais impactos ambientais potenciais identificados são:

- Emissões de gases decorrentes de deslocamentos para as aulas práticas e exames presenciais;
- Consumo de energia elétrica e uso de equipamentos eletrônicos;
- Eventual geração de resíduos sólidos (papel, embalagens, materiais de apoio).

Como medidas de mitigação, serão adotadas:

- **Prioridade à modalidade EAD**, sempre que possível;
- **Otimização de turmas e cronogramas**, para reduzir deslocamentos;
- **Uso preferencial de meios digitais**, evitando impressões;
- **Conscientização dos participantes** quanto ao uso racional de recursos.

Conclui-se que os impactos ambientais são **mínimos e controláveis**, sendo adequadamente mitigados pelas medidas propostas.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nos elementos analisados ao longo dos Estudos Técnicos Preliminares, especialmente quanto à necessidade, ao levantamento de mercado, à solução adotada, ao parcelamento, aos benefícios esperados e aos impactos ambientais, conclui-se que a contratação proposta é **tecnicamente viável, economicamente razoável e juridicamente adequada**.

Dessa forma, declara-se **viável a contratação pretendida**, por atender ao interesse público e às exigências legais aplicáveis.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**DIOGO ALMEIDA DA SILVA DIAS**

Presidente da Equipe de Planejamento

**MARCOS PAULO RODRIGUES DOS SANTOS**

Membro da Equipe de Planejamento

**THAIS AREDES RANGEL DA SILVA**

Membro da Equipe de Planejamento

**RODRIGO DE OLIVEIRA CORREA**

Ordenador de Despesas da EEAR



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Estudo Técnico Preliminar
Data/Hora de Criação:	13/04/2026 11:40:04
Páginas do Documento:	11
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	12
Hash MD5:	fc43e5dfa70e843d303f0e3e6b8b46c8
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento THÁIS ARÊDES RANGEL DA SILVA no dia 13/04/2026 às 08:50:32 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento MARCOS PAULO RODRIGUES DOS SANTOS no dia 13/04/2026 às 08:52:11 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten DIOGO ALMEIDA DA SILVA DIAS no dia 13/04/2026 às 08:53:08 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel RODRIGO DE OLIVEIRA CORRÊA no dia 30/04/2026 às 16:52:41 no horário oficial de Brasília.

## CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Assunto Re: Levantamento de demanda – Cursos de Transporte e Operação

---

De 1S Diogo - EEAR <diogodhsb@fab.mil.br>

---

Para 2S Thais Rangel - EEAR <thaisrangeltars@fab.mil.br>

---

Cc 2T Almeida - EEAR <almeidadasd@fab.mil.br>

---

Data quinta-feira 12 de fevereiro de 2026 14:16:58

---

Boa tarde!

Segue anexa planilha com quantitativo e nome de militares para os cursos em referência. Conforme solicitado pelo chefe da STRS foi adicionado o curso de guindauto.

Muito obrigado.

1S Diogo

**De:** 2S <thaisrangeltars@fab.mil.br>

**Para:** 2S <diogodhsb@fab.mil.br>

**Data:** terça-feira, 10 de fevereiro de 2026 às 11:47 -03

**Assunto:** Fwd: Levantamento de demanda – Cursos de Transporte e Operação

**De:** 2S <thaisrangeltars@fab.mil.br>

**Para:** AP <almeidadasd@fab.mil.br>

**Data:** quarta-feira, 4 de fevereiro de 2026 às 10:26 -03

**Assunto:** Levantamento de demanda – Cursos de Transporte e Operação

Bom dia, Tenente,

Conforme alinhado com a Tenente Elen, Chefe da Seção de Planejamento das Aquisições (SPA), informo que o senhor foi designado como Presidente da Comissão de Contratação dos cursos relacionados à área de transporte e operação.

Dessa forma, solicito, por gentileza, que seja realizado o **levantamento da demanda** para os seguintes cursos:

- **Transporte Coletivo;**
- **Transporte de Emergência;**
- **Atualização do Curso de Transporte de Emergência;**
- **Operador de Empilhadeira;**
- **Operador de Munck.**

Ressalto que o levantamento deverá contemplar, além da STRS, as necessidades da Seção Contra Incêndio (SCI) e dos militares que desempenham atividades no Hospital, uma vez que o processo atenderá a toda a EEAR.

Informo ainda que **a demanda possui caráter anual**, sendo recomendável a inclusão de uma margem de segurança para atender:

- novos militares que venham a ser admitidos nos setores e ainda não possuam os cursos; e
- a reposição de efetivo em razão de desligamentos do serviço ativo por término de tempo de serviço, considerando a elevada rotatividade de pessoal.

Para subsidiar a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), solicito também a gentileza de **Informar:**

- **a quantidade de ambulâncias;**
- **a quantidade de ônibus e micro-ônibus;**
- **a quantidade de empilhadeiras;**
- **e a quantidade de caminhões Munck em operação.**

Solicito, ainda, prioridade na realização desse levantamento, pois a etapa seguinte — solicitação de orçamentos às empresas — somente poderá ser iniciada após a consolidação do quantitativo total.

Desde já, agradeço a colaboração.

Atenciosamente,  
2S Thais Rangel

---

[PT] Texto confidencial para uso exclusivo do destinatário. Não o divulgue e apague-o imediatamente se o recebeu por engano.

[EN] *This is a confidential text to be exclusively used by the recipient. Do not disclose it to anybody and delete it immediately if you received it by mistake.*

[ES] *Texto confidencial para uso exclusivo del destinatário. Si usted lo recibió por error no lo divulgue y exclúyalo inmediatamente.*

---

[PT] Texto confidencial para uso exclusivo do destinatário. Não o divulgue e apague-o imediatamente se o recebeu por engano.

[EN] *This is a confidential text to be exclusively used by the recipient. Do not disclose it to anybody and delete it immediately if you received it by mistake.*

[ES] *Texto confidencial para uso exclusivo del destinatário. Si usted lo recibió por error no lo divulgue y exclúyalo inmediatamente.*

---

Anexos

Cursos EMERGENCIA COLETIVO EMPILHADIRA GUINDAUTO.ods (44.3 kB)



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Anexo I do ETP_Solicitação de Demanda e Resposta do Setor
Data/Hora de Criação:	11/03/2026 16:54:40
Páginas do Documento:	4
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	5
Hash MD5:	10d59246c0a6688d3dda45aea5d70635
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento THÁIS ARÊDES RANGEL DA SILVA no dia 11/03/2026 às 14:09:51 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento MARCOS PAULO RODRIGUES DOS SANTOS no dia 11/03/2026 às 14:11:03 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten DIOGO ALMEIDA DA SILVA DIAS no dia 11/03/2026 às 14:13:22 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel RODRIGO DE OLIVEIRA CORRÊA no dia 30/04/2026 às 16:52:41 no horário oficial de Brasília.

## CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

SEÇÃO DE TRANSPORTES DE SUPERFÍCIE – STRS	
CONTROLE DE CURSOS	
Nº	TRANSPORTE DE EMERGÊNCIA
1	1S VINICIUS DAVI GOMES
2	1S SEM <b>MARCOS PAULO</b> RODRIGUES DOS SANTOS
3	1S SOB ANDRE LUIZ RIBEIRO <b><u>GRANDCHAMP</u></b>
4	1S SEM ANDRÉ PINTO DE <b>FIGUEIREDO</b>
5	1S SAD WELLINGTON <b><u>LUCIANO</u></b> DE OLIVEIRA NUNES
6	3S MARCIEL DUTRA DE PAULA
7	3S PAULO MATEUS GOMES MOTA
8	3S MAURÍCIO DE OLIVEIRA CORDEIRO JUNIOR
9	CB VINICIUS NERE DE CARVALHO
10	<b>3S EVANYR</b> RODRIGUES FERREIRA (D)
11	3S TOB ALFIO DANIEL <b>MOBILON</b> JUNIOR
12	CB JOÃO PAULO DOS SANTOS ALMEIDA <b>BRANDINO</b>
13	CB TEE FELIPE <b>ALTIERES</b> PINTO LIMA
14	CB SGS GUSTAVO <b><u>LEITE</u></b> DA <b><u>COSTA</u></b>
15	CB SGS <b>THIAGO</b> DOMINGOS <b>MENDES</b>
16	KEVIN MATEUS BRITO <b>PEREIRA</b>
17	MARCELO AUGUSTO DA SILVA <b>LEITE</b>
18	<b>SAMUEL</b> WALDENY SOARES BARBOSA
19	LUCAS GABRIEL <b>BATISTA</b> ALVES DO NASCIMENTO
20	PEDRO LUCAS VELOSO <b>REQUIÃO</b>
21	GABRIEL <b>ARRUDA</b> FERREIRA DOS SANTOS
22	LUIS GABRIEL ARAUJO <b>VITORIANO</b>
23	PEDRO HENRIQUE <b>DAMASCENO</b> DOS SANTOS
24	LEANDRO JOSÉ DE OLIVEIRA <b>ZAGO</b> FILHO
25	<b>S1 MURILO</b> AUGUSTO PEREIRA
26	<b>S1 JOÃO</b> ANTONIO DOS SOUZA AMORIM
27	<b>S2 CLEBER</b> EDUARDO DA SILVA SANTOS
28	<b>S2 MARCIO</b> DO CARMO XAVIER
29	<b>S2 JOÃO</b> VICTOR DE <b>OLIVEIRA</b> COTA
30	<b>S2 VICTOR HUGO</b> GOMES VELLOSO
31	<b>S2 BREND</b> O GABRIEL <b>SENA</b>
32	CB BLM ALLAN GUILHERME CUSTÓDIO SENNE (PCI)
33	<b>S2 NE SÁVIO</b> HENRIQUE FERREIRA DE LIMA (PCI)
34	<b>S2 NE WELLINGTON</b> GABRIEL GONÇALVES VIEIRA (PCI)
35	<b>S2 NE CHRISTIAN</b> RENAN FERREIRA (PCI)
36	<b>S2 NE RICHARD</b> DOS SANTOS DAMÁSIO (PCI)
37	<b>S2 NE JOÃO</b> VICTOR PRADO MARCONDES (PCI)
38	
39	
40	
41	
42	
43	
	30% DE MARGEM DE SEGURANÇA CONFORME JUSTIFICADO

44	NO ETP
45	
46	
47	
48	
49	

TRANSPORTE COLETIVO	
Nº	
1	1S VINICIUS DAVI GOMES
2	1S SEM <b>MARCOS PAULO</b> RODRIGUES DOS SANTOS
3	1S SOB ANDRE LUIZ RIBEIRO <b><u>GRANDCHAMP</u></b>
4	1S SEM ANDRÉ PINTO DE <b>FIGUEIREDO</b>
5	1S SAD WELLINGTON <b><u>LUCIANO</u></b> DE OLIVEIRA NUNES
6	3S MARCIEL DUTRA DE PAULA
7	3S PAULO MATEUS GOMES MOTA
8	3S MAURÍCIO DE OLIVEIRA CORDEIRO JUNIOR
9	CB VINICIUS NERE DE CARVALHO
10	<b>3S EVANYR</b> RODRIGUES FERREIRA (D)
11	3S TOB ALFIO DANIEL <b><u>MOBILON</u></b> JUNIOR
12	CB JOÃO PAULO DOS SANTOS ALMEIDA <b>BRANDINO</b>
13	CB TEE FELIPE <b>ALTIERES</b> PINTO LIMA
14	CB SGS GUSTAVO <b><u>LEITE</u></b> DA <b>COSTA</b>
15	CB SGS <b>THIAGO</b> DOMINGOS <b>MENDES</b>
16	KEVIN MATEUS BRITO <b>PEREIRA</b>
17	MARCELO AUGUSTO DA SILVA <b>LEITE</b>
18	<b>SAMUEL</b> WALDENY SOARES BARBOSA
19	LUCAS GABRIEL <b>BATISTA</b> ALVES DO NASCIMENTO
20	PEDRO LUCAS VELOSO <b>REQUIÃO</b>
21	GABRIEL <b>ARRUDA</b> FERREIRA DOS SANTOS
22	LUIS GABRIEL ARAUJO <b>VITORIANO</b>
23	PEDRO HENRIQUE <b>DAMASCENO</b> DOS SANTOS
24	LEANDRO JOSÉ DE OLIVEIRA <b>ZAGO</b> FILHO
25	<b>S1 MURILO</b> AUGUSTO PEREIRA
26	S1 <b>JOÃO</b> ANTONIO DOS SOUZA AMORIM
27	S2 <b>CLEBER</b> EDUARDO DA SILVA SANTOS
28	S2 <b>MARCIO</b> DO CARMO XAVIER
29	S2 JOÃO VICTOR DE <b>OLIVEIRA COTA</b>
30	S2 VICTOR <b>HUGO</b> GOMES VELLOSO
31	S2 BRENDON GABRIEL <b>SENA</b>
32	30% DE MARGEM DE SEGURANÇA CONFORME JUSTIFICADO NO ETP
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	

Nº	EMPILHADEIRA
1	1S SEM <b>MARCOS PAULO</b> RODRIGUES DOS SANTOS
2	1S SEM ANDRÉ PINTO DE <b>FIGUEIREDO</b>
3	CB MAICON WILLIAN <b>MARTINIANO</b>
4	CB JOÃO PAULO DOS SANTOS ALMEIDA <b>BRANDINO</b>
5	ADRIANO JOSÉ <b>ELOY</b> DOS SANTOS FLORES
6	<b>3S EVANYR</b> RODRIGUES FERREIRA (D)
7	3S MAURÍCIO DE OLIVEIRA CORDEIRO JUNIOR
8	3S MARCIEL DUTRA DE PAULA
9	3S PAULO MATEUS GOMES MOTA
10	30% DE MARGEM DE SEGURANÇA CONFORME JUSTIFICADO NO ETP
11	
12	
Nº	GUINDAUTO
1	1S SEM <b>MARCOS PAULO</b> RODRIGUES DOS SANTOS
2	1S SEM ANDRÉ PINTO DE <b>FIGUEIREDO</b>
3	CB MAICON WILLIAN <b>MARTINIANO</b>
4	CB JOÃO PAULO DOS SANTOS ALMEIDA <b>BRANDINO</b>
5	ADRIANO JOSÉ <b>ELOY</b> DOS SANTOS FLORES
6	<b>3S EVANYR</b> RODRIGUES FERREIRA (D)
7	3S MAURÍCIO DE OLIVEIRA CORDEIRO JUNIOR
8	3S MARCIEL DUTRA DE PAULA
9	3S PAULO MATEUS GOMES MOTA
10	30% DE MARGEM DE SEGURANÇA CONFORME JUSTIFICADO NO ETP
11	
12	



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Anexo II do ETP_Zimbra_Quantitativo Informado
Data/Hora de Criação:	11/03/2026 16:55:09
Páginas do Documento:	4
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	5
Hash MD5:	f9737bbcf2a80996175ca2ab1d5bc09f
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento THÁIS ARÊDES RANGEL DA SILVA no dia 11/03/2026 às 14:09:51 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento MARCOS PAULO RODRIGUES DOS SANTOS no dia 11/03/2026 às 14:11:03 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten DIOGO ALMEIDA DA SILVA DIAS no dia 11/03/2026 às 14:13:22 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel RODRIGO DE OLIVEIRA CORRÊA no dia 30/04/2026 às 16:52:41 no horário oficial de Brasília.

## CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA**

Ofício nº 22/AP4-1/2439  
Protocolo COMAER nº 67420.002351/2026-22

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2026.

Do Subdiretor de Apoio Administrativo

Ao BAAN, BABV, BACG, BAFL, BAFZ, BANT, BAPV, BASC, BASM, BASV, CPBV, CINDACTA I, CINDACTA II, CINDACTA III, CINDACTA IV, CISCEA, ICEA, PAME, CRCEA-SE, DECEA, AFA, EEAR, EPCAR, GAP-AF, GAP-BE, GAP-BR, GAP-CO, GAP-DF, GAP-GL, GAP-LS, GAP-MN, GAP-RF, GAP-RJ, GAP-SJ, GAP-SP, CLA, COMARA, GABAER

Assunto: Orientação sobre exigência de cursos especializados para motoristas no âmbito do COMAER.

1. Ao cumprimentá-los passo a tratar sobre orientação sistêmica acerca da exigência de cursos especializados para motoristas de serviço no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER).
2. A fundamentação normativa aplicável à condução de veículos no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER) encontra-se no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), que estabelece a habilitação do condutor conforme a categoria do veículo, bem como no Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito (MBFT), que disciplina os procedimentos de fiscalização. Ademais, o RADA-e, Manual O, Módulo 4 – Gerenciamento e Utilização de Viaturas, em seus itens 1.1.3 e 1.1.4, determina a observância estrita do CTB e a realização de cursos de especialização para condutores de veículos destinados ao transporte coletivo de passageiros, de produtos perigosos e de emergência.
3. Entretanto, o MBFT, no Código de Enquadramento nº 774-91, campo “Definições e Procedimentos”, prevê expressamente a não exigência do Curso Especializado para Condutores de Veículo de Transporte Coletivo de Passageiros (CETCP) quando se tratar de transporte não remunerado de pessoas com vínculo com o órgão ou instituição proprietária do veículo.
4. Diante do exposto, e considerando a natureza do transporte institucional de pessoal realizado pelo COMAER, este Órgão Central estabelece a seguinte orientação sistêmica:

**a) Curso Especializado para Condutores de Veículo de Transporte Coletivo de Passageiros (CETCP):** Não será exigido para condutores que realizem transporte institucional não remunerado de militares, servidores civis ou colaboradores com vínculo com o Comando da Aeronáutica, em viaturas pertencentes ao COMAER, durante a efetiva prestação do serviço.

**b) Demais cursos especializados:** Permanece inalterada a exigência dos cursos especializados para condutores de veículos de transporte de produtos perigosos (CETPP), de veículos de emergência e de transporte de carga indivisível, devendo ser rigorosamente observadas as normas específicas que regem cada uma dessas atividades.

**c) Ressalvas operacionais:** É imprescindível que os condutores possuam Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível com a categoria do veículo conduzido, que as viaturas estejam em condições legais de circulação e que seja mantida documentação comprobatória — tais como Ordem de Serviço ou documento equivalente — que ateste a natureza institucional do transporte, a designação do motorista e a finalidade do deslocamento, para fins de fiscalização.

6. Por fim, esta Subdiretoria solicita a ampla difusão desta orientação junto às suas Organizações Militares e Seções de Transporte subordinadas, bem como que a presente diretriz seja considerada no planejamento de futuras contratações e nos programas de capacitação de pessoal e coloca a estrutura administrativa da SDAP à disposição para dirimir eventuais dúvidas, na pessoa da 1º Ten Eduardo, Chefe da Seção de Viaturas e Equipamentos da Divisão de Transporte de Superfície da SDAP, pelos seguintes contatos: telefone (21) 3289-6416 e endereço eletrônico: eduardojecp@fab.mil.br

Brig Int MARCONI BENTES MANGABEIRA ROCHA JUNIOR  
Subdiretor de Apoio Administrativo

*Asas que protegem o País*





MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Anexo III do ETP_Orientação sobre exigência de cursos especializados para motoristas no âmbito do COMAER
Data/Hora de Criação:	08/04/2026 14:04:46
Páginas do Documento:	2
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	3
Hash MD5:	f8dcc3dc93e37748e5e8437c8ef56eeb
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento THÁIS ARÊDES RANGEL DA SILVA no dia 08/04/2026 às 14:08:27 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento MARCOS PAULO RODRIGUES DOS SANTOS no dia 08/04/2026 às 14:18:51 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten DIOGO ALMEIDA DA SILVA DIAS no dia 08/04/2026 às 14:20:31 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel RODRIGO DE OLIVEIRA CORRÊA no dia 30/04/2026 às 16:52:41 no horário oficial de Brasília.

## CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO